



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 18/04/2017 – ITEM 13

TC-002450/026/15

Prefeitura Municipal: São Roque.

Exercício: 2015.

Prefeito: Daniel de Oliveira Costa.

Advogados: Luiz Gustavo Arruda Camargo Luz (OAB/SP nº 159.784) e Luiz Henrique Adas Junqueira Schmidt (OAB/SP nº 262.104).

Acompanham: TC-002450/126/15 e Expediente: TC-030986/026/15.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-9 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-9 - DSF-I.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de São Roque**, relativas ao **exercício de 2015**.

A Unidade Regional de Sorocaba UR-9, responsável pelo exame *in loco*, elaborou o Relatório de fls. 17/27 apontando o que segue:

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – déficit de R\$ 4.239.320,07, correspondente a 2,00%, amparado integralmente pelo superávit financeiro proveniente do exercício anterior.

ENSINO - investimento de 28,49% das receitas resultantes de impostos; destinação de 83,05% dos recursos aos profissionais do magistério; aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB (100%).

DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO – descumprimento das metas propostas para o IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

SAÚDE – aplicação de 26,19% dos recursos resultantes de impostos.

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – falta de edição do Plano de Mobilidade Urbana.

Acompanham os presentes autos, o Acessório 1 (TC- 2450/126/13) e o Expediente TC-30986/026/15¹.

Após regular notificação, os interessados deixaram transcorrer *in albis* o prazo que lhes foi concedido para apresentação de defesa.

A Assessoria Técnica e sua Chefia não vislumbraram falhas capazes de comprometer os demonstrativos, opinando pela emissão de Parecer Favorável às contas em exame.

O d. MPC igualmente manifestou-se pela aprovação das contas de São Roque, recomendando apenas: o aprimoramento da transparência ativa exigida pela Lei Federal nº 12.527/11; a adoção de medidas para o atingimento das metas propostas pelo IDEB; e a edição do Plano de Mobilidade Urbana.

É o relatório.

E

¹ Referido expediente versa sobre matéria jornalística que trata de possíveis irregularidades relacionadas à área da Saúde, envolvendo vários Municípios, dentre os quais o de São Roque. A Fiscalização, com base nas verificações *in loco* e documentação apresentada, não apurou evidências dignas de nota.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

VOTO

As contas da **Prefeitura Municipal de São Roque**, relativas ao **exercício de 2015**, apresentaram os seguintes resultados:

ITENS	RESULTADOS
Ensino	28,49%
FUNDEB	100%
Magistério	83,05%
Pessoal	47,28%
Saúde	26,19%
Execução Orçamentária	Déficit 2,00% = R\$ 4.239.320,07
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Consoante consta do Relatório Prisma 2015, o Município alcançou média geral de resultado "B", considerado, portanto, efetivo² perante os critérios de avaliação do IEGM/TCESP.

O Poder Executivo Municipal observou aspectos relevantes no exame das contas, tendo em vista o cumprimento dos mandamentos constitucionais relativos às despesas com Ensino, Saúde, Precatórios e Transferência de Recursos à Câmara Municipal.

²

A Altamente Efetiva	B+ Muito Efetiva	B Efetiva	C+ Em fase de adequação	C Baixo nível de adequação
------------------------	---------------------	--------------	----------------------------	-------------------------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

As prescrições legais inerentes à utilização dos recursos do FUNDEB e à valorização do magistério foram igualmente cumpridas.

Houve o regular recolhimento dos encargos sociais e o atendimento ao teto da despesa de pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O déficit da execução orçamentária de R\$ 4.239.320,07, correspondente a 2,00%, foi totalmente amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior.

O Município possuía recursos para quitação de suas dívidas de curto prazo, bem como o montante contabilizado a título de dívida contratual decorreu de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débito Previdenciário (Cadprev nº 00213/2010).

No tocante às impropriedades verificadas nos itens “Demais Aspectos Relacionados à Educação” e “Planejamento das Políticas Públicas”, muito embora não tenham sido justificadas pela Origem, considero que podem ser alçadas ao campo das recomendações, já que não têm força suficiente para comprometer as contas em apreço.

Em face de todo o exposto e acolhendo as unânimes manifestações da Assessoria Técnica, sua Chefia e do d. MPC, **voto pela emissão de Parecer Favorável às contas da**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Prefeitura Municipal de São Roque, relativas ao exercício de 2015, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Oficie-se, recomendando ao atual Administrador o que segue: envie esforços para o atingimento da meta proposta pelo IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental; edite o Plano de Mobilidade Urbana; e, por fim, aprimore as informações disponibilizadas relativas à transparência ativa, previstas na Lei Federal nº 12.527/11.

Determino, por fim, o arquivamento do Expediente TC-30986/026/15.

**RENATO MARTINS COSTA
CONSELHEIRO**